

## CONCEITOS HISTÓRICOS DA MATERNIDADE E SEUS VIESES NA EDUCAÇÃO

Morgana Oliveira Alves<sup>1</sup>

Andréa Karla Ferreira Nunes<sup>2</sup>

### GT6 - Educação, Inclusão, Gênero e Diversidade

#### RESUMO

Esse estudo é um levantamento bibliográfico de como a educação traz e trabalha a maternidade, tomando como estudo de caso os trabalhos apresentados na Anped no GT 23: Gênero, sexualidade e educação na última década. Tem como objetivo trazer recortes introdutórios do que a literatura nos apresenta atualmente sobre gênero, feminismo e maternidade para que seja feita uma análise com base neles. Serão explanados conceitos como gênero e diferença sob o olhar da cartografia micropolítica, a maternidade como movimento de mudança se tornando em micropolítica insurgente. Portanto, podemos entender que a experiência da maternidade em si já é desafiadora e um mecanismo constante de modelagem para as mulheres, construindo o que chamamos aqui de uma maternidade viva, se se comove e luta diante das questões revolucionárias.

**Palavras-chave:** Maternidade. História. Educação.

#### ABSTRACT

This study is a bibliographical survey of how education brings and works on motherhood, taking as a case study the works presented at Anped in GT 23: Gender, sexuality and education in the last decade. It aims to bring introductory excerpts of what literature currently presents to us about gender, feminism and motherhood so that an analysis can be made based on them. Concepts such as gender and difference will be explained from the perspective of micropolitical cartography, motherhood as a movement for change becoming insurgent micropolitics. Therefore, we can understand that the experience of motherhood in itself is already challenging and a constant modeling mechanism for women, building what we call here a living motherhood, if it is moved and fights in the face of revolutionary issues.

**Descriptors:** Maternity. History. Education.

<sup>1</sup> Psicóloga formada pela Universidade Tiradentes - UNIT (2021). Especialista em Terapia Cognitivo Comportamental e Psicopedagogia Institucional, Clínica, e Educação Infantil pela Faculdade Iguazu - FI (2023). Atualmente cursa o Mestrado em Educação pelo Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes - UNIT (2024). Integrante do Grupo de Pesquisa Docência, Avaliação, Currículo e Contemporaneidade (GPDACC). ORCID <https://orcid.org/0000-0001-8939-3805>. E-mail: [mestrado\\_edu\\_morgana@souunit.com.br](mailto:mestrado_edu_morgana@souunit.com.br)

<sup>2</sup> Pós-doutorado em Educação pela Universidade de Salamanca - Espanha (2019). Doutorado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2012). Mestrado em Educação pela Universidade Federal de Sergipe (2003) e Graduada em Pedagogia pela Universidade Federal de Sergipe (1997). Atualmente é professora titular do Programa de Pós-graduação em Educação da Universidade Tiradentes na linha de Pesquisa Educação e Formação Docente. Líder do Grupo de Pesquisa Docência, Avaliação, Currículo e Contemporaneidade (GPDACC). ORCID <https://orcid.org/0000-0002-5833-2441>. E-mail: [andrea.karla@souunit.com.br](mailto:andrea.karla@souunit.com.br)

## INTRODUÇÃO

Entende-se, comumente, como gênero “qualquer agrupamento de indivíduos, objetos, ideias, que tenham caracteres comuns” (Dicionário Aurélio, 1986), no entanto provindo de uma premissa social, “a partir de onde” as funções/papéis de homens e mulheres possuem características semelhantes, visto que desde da Idade Antiga, os homens têm um maior poder mediante a sociedade, a família e o labor. E nos dias atuais, ainda é possível constatar diferentes formas de existir essa diferença de gênero.

As mudanças de papéis entre homens e mulheres aconteceu quando o modo de subsistência deixou de ser caça e coleta, onde todos tinham o mesmo dever social e hierárquico para um movimento mais nômade, onde o novo modelo econômico seria a horticultura, fazendo com que esses agrupamentos tornassem pequenos grupos civilizatórios, a sedentarização da horticultura como uma revolução socioeconômica.

Em um primeiro momento, a ideia do homem como provedor tem suas raízes firmadas na divisão de tarefas da sociedade antiga, onde estes eram responsáveis pelo plantio e caça, e às mulheres o cultivo e o cuidado do lar, dos animais domésticos e responsáveis pela geração de filhos. Possibilitando a hipótese de que as civilizações formaram-se mediante a junção de diferentes povos nômades e firmaram a cultura a partir da visão masculina como o poder predominante, tanto nos grupos familiares, sociais e políticos.

No decorrer dos séculos, espontaneamente foi surgindo a partir deste modelo, as unidades básicas de organização, denominadas de família patriarcal. Nessa estrutura, a função do homem era determinada a partir dos seus proventos, da sua função como marido e como pai. Já a mulher era reduzida às suas capacidades sexuais e reprodutivas, ambos os costumes se tornaram tradicionais entre gerações e estão ainda presentes nos dias atuais.

Percebe-se ainda as contribuições do Cristianismo para estes modelos de sociedade e família, uma vez que defende a ideia de divisão sexual estruturada nas diferenças biológicas entre homens e mulheres. De acordo com Meyer (2003, p.16):

seja no âmbito do senso comum ou legitimada pela linguagem científica ou por diferentes matrizes religiosas, nos contextos mais conservadores a biologia e, fundamentalmente, o sexo anatomico foi (e ainda é) constatemente acionado para explicar e justificar essas posições.

Considerando ainda a imposição da mulher como domínio do homem, nesta relação heteronormativa de “comando paternal”. Partindo do princípio que após as sociedades antigas as famílias se estruturam de forma monogâmica, as relações “afetivas” entre homens e mulheres sob o olhar cristão patriarca, são remodeladas majoritariamente em relações de poder e submissão.

Sob o viés da dominância patriarcal, as mulheres tendo consciência ou não da subjugação em que vivem, aceitam a conjuntura familiar imposta pelos seus maridos, sabendo que terão como uma forma de garantia o conforto do lar, proteção e sustento. Em contraponto, essa submissão perpetua ao longo de toda sua vida como um contrato unilateral e indissolúvel, que as impõe obrigações voltadas para atividades domésticas, sociais e sexuais, sem a possibilidade de recusa. Segundo Lerner (2019, p. 298):

A falta de consciência da própria história de luta e conquista é uma das principais formas de manter as mulheres subordinadas. A conexão das mulheres a estruturas familiares tornou muito problemático qualquer tipo de desenvolvimento da solidariedade feminina e coesão grupal.

Desse modo, compreende-se que as funções da mulher dentro desse sistema são de tamanha importância e magnitude que faz com que o patriarcado perdure por tanto tempo. Esta conjuntura se manteve pelos bloqueios do conhecimento da mulher, com relação a doutrinação de gênero, suas capacidades intelectuais e seus direitos, inviabilizando a sua subjetividade e independência.

A partir disso, sendo a mulher escrava ou esposa ela está sujeita a assumir a função de dona do lar/doméstica, independente da sua conjuntura socioeconômica. Em se tratando de uma classe social elitizada, essa mulher/esposa é vista como “bela, recatada e do lar”, tendo como a sua maior preocupação o governmentamento da casa e o bem estar do marido e dos filhos.

Retomando a ideia de gênero, agora por um outro olhar, podemos entender que estes estudos pela Educação vem sendo trabalhados a partir da premissa de que esse conceito caminha lado a lado com o movimento feminista. Antes de apresentarmos este viés, é importante lembrar que houve uma transição, entre a Revolução Agrária e as funções da mulher no campo versus a mulher que foi inserida no mercado de trabalho, a partir da Revolução Industrial durante o século XVIII, mas foi apenas no século seguinte que este movimento ganhou ênfase.

Ainda durante o século XVIII, as condições de trabalho para estas mulheres eram caóticas e vale lembrar, que as crianças eram vistas também como pequenos adultos, mesmo sendo de cuidado dos seus pais, eles faziam parte do trabalho nessas grandes indústrias; frisando que o papel de dona de casa nunca deixou de existir e se persiste com bastante veemência até o final do

século XIX. Até aqui podemos, pode-se perceber que desde os primórdios o que dita as relações sociais e o modelo de família é sempre a questão econômica e política, fazendo com que as consequências destes ajustes sociais, a curto ou longo prazo, sejam sempre benéficas para o homem, sem nunca sair da posição de poder e subjugação.

Já no século XX, na Constituição da República Federativa do Brasil, datada do ano de 1988, encontramos no Art. 5º que “Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza”. Temos isto como uma pequena semente implementada no país, mas com a clareza de que ainda não se há de fato instaurado a igualdade de gênero entre homens e mulheres. Mais a frente retornaremos com um outro recorte da Constituição no que tange a educação.

O período de transição político e de libertação das mulheres foi marcado por grandes lutas dos movimentos feministas, tais como: a primeira onda, onde se deu o movimento sufragista, que lutava pelo direito ao voto, mas conseguiu agregar as reivindicações do direito à educação, as condições dignas de trabalho e ao exercício à docência; e a segunda onda, que luta pelo reconhecimento da necessidade de investimento em produção de conhecimento e de pesquisas que buscassem compreender o movimento de subordinação sociofamiliar e a invisibilidade da mulher na política na qual as mesmas foram submetidas durante toda a história.

Regressando sobre as pedagogias socioculturais, foi sempre ditado os lugares que estas mulheres estariam/ocupariam e como está diretamente ligado às questões voltadas para uma identidade cisheteronormativa imposta pelo patriarcado, levando em conta também os aspectos de raça, etnia, religião e classe. Até então não se era mencionada a subjetividade de indivíduos, mas sim a constituição e construção social dos sexos, sempre com o olhar biológico e higienista. Desse modo, o feminismo surgiu para uma tentativa de ressignificação de pautas educativas sociais com o olhar voltado para a mulher integral.

Sempre foi de responsabilidade feminina a promoção do cuidado familiar e a educação dos filhos, partindo da ideia de que as mulheres possuem um “dom divino” ou “habilidade inata” em se tratando de maternidade, tendo a responsabilidade assim, de gerar, criar e ensinar os futuros “homens de bem”. Apesar de todo esse aporte social ilusório, ainda assim, elas são interpeladas no seu papel materno pelo sexo único, o masculino, como também pela sociedade no geral.

Esta maternidade até então era pautada em uma junção “natureza-cultura”, que não havia espaço para um querer subjetivo da mulher ou até mesmo uma possibilidade alternativa de “apropriação” de si. Partindo da ideia de que qualquer mudança que afete a estrutura patriarcal é

inexequível, pois está diretamente ligada ao mérito de uma família estruturada, vemos que a maternagem está também sujeita à um modelo de dor, sacrifício e submissão, onde o objetivo é somente a sustentação do controle masculino sobre o corpo e a alma desta mulher.

Uma das lutas da primeira onda do feminismo no século XIX foi a busca de garantia da proteção social e a qualidade de vida das mães, fazendo valer de forma efetiva a maternagem como um encargo social, usando o preceito da maternidade como “natureza soberana” para a garantia de direitos e políticas públicas, argumentando que as atividades femininas domésticas sejam para marido ou filhos merecem a assistência estatal. De acordo com Collin e Laborie (2009, p. 138):

Buscando pensar o lugar da experiência da maternidade na vida da mulher, uma nova lógica social tende a se elaborar: a de viver-para-si-e-com-as-crianças, implicando não somente uma verdadeira repartição do trabalho e das responsabilidades domésticas entre pai e mãe, mas também a possibilidade de se afastar do caráter opressor da geração biológica, acedendo simultaneamente à geração simbólica.

O momento precursor foi durante a Revolução Francesa, onde em 1789, iniciaram a luta partindo da premissa de liberdade, igualdade e fraternidade. No entanto, foi apenas com a Declaração Universal de Direitos Humanos em 1948, que foi possível validar algumas de suas reivindicações. Durante este período elas continuaram sendo vistas sob o viés machista, que as limitavam a suas funções biológicas e a ideia de ser o sexo frágil.

A trajetória da mulher é marcada por diversos momentos históricos, mas é a conquista ao direito das mulheres que determina fortemente uma mudança na sua emancipação. Indo para o século XX por volta dos anos 70, agora falando sobre autonomia e poder, cabe ressaltar que Michael Foucault traz no seu livro *Microfísica do Poder* (1978) um trecho importante de reflexão para este trabalho, a saber:

“Isto decorre da ideia de que a sexualidade não é fundamentalmente aquilo de que o poder tem medo; mas de que ela é, sem dúvida e antes de tudo, aquilo através de que ele se exerce.” (p. 132)

A autonomia conquistada por elas dá um fim a uma era de opressão e submissão, e lhes garantem a efetivação de uma vida digna, evidenciando os desejos sexuais e reprodutivos, que agora poderiam ser considerados por meio dos direitos.

Pouco antes, na década de 60, em uma sociedade já Pós-Moderna, conquistou através de movimentos sociais, a garantia do uso de anticoncepcionais, como uma forma de obtenção de cuidados que lhe permitissem limitar a gravidez e passou-se a abordar a temática da esterilização.

Associado a estes movimentos de luta por direitos sexuais e reprodutivos, lutava-se ainda pela conquista do direito à dignidade perante aos direitos fundamentais e a importância de ser vista como um todo e não como parte de um homem.

É possível incluir ainda que as demandas dos direitos sexuais e reprodutivos tiveram ênfase devido à tentativa do governo de controlar a taxa de natalidade e fecundidade. E somente com a Conferência Mundial de Direitos Humanos, em 1968, que se passou a discutir sobre a autonomia da mulher em decidir sobre os requisitos da maternidade. Segundo Alecrim, Silva e Araújo (2014, p. 167):

Em síntese, direitos reprodutivos consistem no direito que as pessoas possuem de decidir livremente se querem ou não ter filhos, quando querem, quantos querem, tendo também o direito à informação quanto aos meios e técnicas para terem ou não filhos. Os direitos sexuais já dizem respeito ao direito de viver e poder expressar livremente o exercício da sexualidade, sem nenhum tipo de coação, violência, imposições ou discriminações, possuindo o direito de escolher seu parceiro, podendo escolher se quer ou não relação sexual, entre outros direitos.

Mas foi a partir da Conferência de Cairo que ficou firmado que os direitos reprodutivos e sexuais são tidos como direitos fundamentais, já que apresentam valores pautados na dignidade da mulher. Somando-se a isso pode se dizer também que visavam instaurar as políticas públicas de “Saúde da Mulher e Maternidade Segura”, onde os objetivos também estavam correlacionados com a redução da mortalidade materna e o processo nutricional da gestante.

Em se tratando de um feminismo mais recente, já no final do século XX, na década de 90, podemos nos referir a terceira onda, onde o corpo feminino passa a ser visto pelo viés social e cultural, frisando que é nessa questão onde os corpos de mulheres e homens se distanciam. A mulher, tomando posse do seu corpo, passa a se constituir como mulher, aprendendo sobre si de forma gradual a partir das experiências de vida que lhes são apresentadas, não levando somente em consideração as suas funções sociais. Essa vertente pós-estruturalista do feminismo busca abarcar as questões de classe entre as mulheres e até mesmo do próprio movimento, com um viés micropolítico, nas suas diferentes condições de vida.

Após uma análise do percurso histórico até aqui apresentado, é possível compreender a fundamental importância do surgimento do movimento feminista para as demandas da mulher, em suas esferas individuais, sociais, laborais e acadêmicas. Visto que, segundo Costa, Barroso e Sarti (1985, p.6):

ser feminista, ser mulher em luta, quer dizer vontade de superação das desigualdades entre os sexos, das assimetrias nas relações de gênero, da exploração das mulheres,

diferentes formulações, baseadas em fundamentações divergentes.

Entende-se que o feminismo legitimou seus ideais, buscou uma identidade própria e transformou a ideia de que era um estilo de vida burguês, e passou a ser visto como uma mobilização política intensa, passível de estudos sociológicos que pudessem evidenciar ainda mais as demandas da mulher.

Trazendo aqui além das demandas das mulheres, mas uma conquista comunitária, um ponto a ser tratado ainda nesta seção levando em consideração a partir das lutas sociais, foi instaurada a RESOLUÇÃO Nº 1, DE 19 DE JANEIRO DE 2018, a saber: “Art. 2º Fica instituída, por meio da presente Resolução, a possibilidade de uso do nome social de travestis e transexuais nos registros escolares da educação básica.”

Posteriormente no capítulo de análise da pesquisa, veremos que esse direito garantido nesta lei foi graças às forças de várias mulheres/mães que buscaram a inclusão dos seus filhos nas escolas, pelo direito de igualdade e respeito,

Em seguida veremos alguns pontos de análises sobre a maternidade no campo dos estudos de gênero em educação a partir dos trabalhos publicados no Grupo de Trabalho (GT) 23 - da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd), desde a sua criação até a última reunião nacional.

## **A MATERNIDADE E O GT 23 DA ANPED**

Na atual conjuntura do Brasil, sabemos que nos últimos anos as questões sociais não foram uma prioridade para o governo, mas as medidas tomadas a partir de políticas públicas são manobras para um disfarce do mal-estar social. Em se tratando do que cabe ao mandato anterior do “Ministério da Mulher, da família e dos direitos humanos”, as iniciativas estão aquém da realidade do país e do que deveria ser realmente efetivado, sabemos das restrições dos direitos civis e políticos e das tentativas de esquecimento e/ou criminalização de movimentos sociais por parte de toda a sociedade brasileira. Em 2019, na nomeação da ministra que assumiria o ministério anteriormente citado, ela trouxe em sua fala que ali começaria no Brasil um “nova era”, trazendo em pauta a redução de cores à questões de gênero, onde “meninos usam azul e meninas usam rosa”.

Tendo como ponto de partida para discussão essa ideia retrógrada, percebemos mais uma vez que atualmente a ideia de mulher, maternidade e gênero são corrompidas e induzidas por uma

macropolítica cisheteronormativa e por consequência, as políticas públicas também fazem parte desse contexto. Diante disso, é necessário buscar as saídas desses padrões, e encontrar formas para aqui, viver o ser de si, seja ele mulher e/ou mãe.

Quando a sociedade/governo teve o seu olhar voltado para o “ser-mãe”? É importante abordar como começou a se falar sobre o conceito de maternidade e como podemos retratar a mãe, por exemplo, no contexto do século XIX onde esta mãe-mulher recebe uma valorização social que até então não existia sociopoliticamente, passando a ser a responsável pela casa e pela criação dos filhos, sem dúvida podemos dizer que essa ideia se perpetua até os dias de hoje quando ouvimos a expressão “bela recatada e do lar”.

Trazendo esse ponto, podemos então perceber que, mesmo no século XXI, o qual nos encontramos, ainda permanece a idealização de uma “mulher perfeita” que caiba nos parâmetros da cisheteronormatividade. Mas é de grande valia o questionamento: que corpos-mães são esses que perpassam os séculos?. Meyer (2014, p. 121) nos traz que:

“As práticas de significação e os processos simbólicos, através dos quais os sentidos de maternidade são construídos envolvem, portanto, relações de poder: o poder de nomear, descrever, classificar, identificar e diferenciar, por exemplo, jeitos de ser mulher e mãe; o poder de incluir, excluir e definir corpos, comportamentos, grupos e/ou indivíduos e, assim, demarcar os seus lugares.”

Apesar de termos ainda dentro da sociedade atual enraizada a ideia plantada há alguns séculos, sabemos que estas mães-mulheres vem mudando, por elas e pelos seus, um rumo diferente para a história feminina. É a partir da quebra de resistências que podemos entender um novo olhar-ação dessas mulheres, buscando um descobrimento do próprio gênero, das suas próprias potências para a fuga de normas que lhes foram impostas.

Podemos entender que a partir de Meyer (2005, p. 85) foi justamente no início do século XX que surgiu o debate voltado para as “feministas maternalistas”, a partir disso, as ideias de maternidade e gênero tomariam outros caminhos. Gênero não é mais tomado como uma essência do ser mulher ou homem, mas como esta arte de fazer-se mulher ou homem. Mais do que isso, essa noção de gênero estilhou a própria noção de mulher, em um sentido de que “o signo mulher não esgota a pluralidade de mulheres, da mesma forma que ao falarmos de gay, lésbica, travesti, transexual sabemos que há uma diversidade de experiências em cada um desses guarda-chuvas identitários” (BENTO, 2011, p. 80).

Vêm tomando corpo dentro dos estudos de gênero a problematização do que é a maternidade e como ela se mostra dentro do contexto educacional, para isso, foi importante

analisar a produção feita e divulgada pela Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPEd) diretamente relacionado ao Grupo de Trabalho (GT) 23 - Gênero, Sexualidade e Educação, nas publicações dos anais das Reuniões Nacionais entre os anos de 2004 (27ª Reunião Anual da ANPEd) e o ano de 2021 (40ª Reunião Anual da ANPEd).

A escolha de delimitação feita pela produção da ANPEd foi por saber da capacidade ampla de produção e divulgação, especialmente no GT 23 onde encontramos pesquisas relacionadas à gênero, sexualidade e as proposições pós-estruturalistas. Assim sendo, podemos viajar nesses 18 anos de produção acadêmica buscando análises sobre a maternidade/maternagem e o “ser mãe”, e como isso tem sido visto e trabalhado. Levando em consideração mais de 200 trabalhos apresentados por esse GT desde a sua criação, apenas nove efetivamente tomavam como ponto de análise a “maternidade” ou o “ser mãe” e para essa busca usamos os títulos, palavras-chave e resumos. Para uma melhor visualização, trarei em seguida uma tabela com os títulos dos trabalhos, as autoras e os anos das publicações.

Tabela 1: REUNIÕES ANUAIS DA ANPEd

REUNIÕES ANUAIS DA ANPEd			
	TÍTULO	AUTORAS	ANO
1	A PRODUÇÃO DA MÃE LEVE, FLEXÍVEL, FORTE NAS PÁGINAS DA PAIS & FILHOS	MARIA SIMONE VIONE SCHWENGBER	2007
2	ENSINA-SE A MAIS ANTIGA DAS ARTES ÀS MULHERES: A DE TER FILHOS E TORNAR-SE MÃE CARINHOSA	MARIA SIMONE VIONE SCHWENGBER	2008
3	A EDUCAÇÃO DE MULHERES-MÃES POBRES PARA UMA "INFÂNCIA MELHOR"	CARIN KLEIN	2011
4	A MÍDIA ENSINA: IMPERATIVO DA MATERNIDADE E PATERNIDADE RESPONSÁVEIS	MARIA SIMONE VIONE SCHWENGBER	2011
5	FAMÍLIA E ESCOLA: A FABRICAÇÃO DA MULHER-MÃE	MARIA CLÁUDIA DAL'IGNA	2012
6	A SUBJETIVAÇÃO DA MÃE NATURALISTA COMO MODELO	KARINA MIRIAN DA CRUZ VALENCA ALVES	2012
7	“TODO DIA EU PENSO: MEU DEUS, ONDE FOI QUE EU	ROSALINDA CARNEIRO DE	2013

	ERREI?": OS DESAFIOS DE SER MÃE NA PERIFERIA	OLIVEIRA RITTI	
8	OS MEUS FILHOS E OS DELES: OS FILHOS DA ESPERANÇA	MARIA SIMONE VIONE SCWENGBER	2015
9	MATERNIDADES LÉSBICAS E PRÁTICAS DE [RES]EXISTÊNCIAS NA EDUCAÇÃO ESCOLAR: AS LUTAS SÃO ATUALIZADAS NO PRESENTE	LUCIENE CELINA CRISTINA MOCHI  HILDA APARECIDA LINHARES DA S. MICARELLO	2021

Fonte: Autora, 2024 (desenvolvido a partir da base de dados da ANPEd)

Para darmos início as problematizações das análises que foram realizadas pelas pesquisas do GT 23, buscamos então 3 eixos norteadores que se entrelaçam para essa discussão, são eles: *como se dá o processo identitário de uma mulher-mãe? Como/se a mídia influencia nesse processo identitário? Qual a forma de resistência é possível para a politização da maternidade?*

É possível identificar junto aos textos apresentados na ANPEd que o processo de identidade de uma mulher ele costuma ser moldado ao que a sua cultura e a sociedade em que ela está inserida permite. Isso inclui o seu modo de ser, sejam em escolhas e atitudes, na sua personalidade e como SCHWENGBER (2007, p. 7) trouxe que é necessário que essa mulher tenha *as qualidades de flexibilidade e de mobilidade* para essa sociedade. Essas “qualidades” estão diretamente ligadas a ideia de maternidade, onde se entende que para criar e educar uma criança é necessário que esta mãe se volte e haja por completo em prol deste filho; ocupando também a *posição da mulher-mãe-forte* SCHWENGBER (2007, p. 7).

O real processo identitário de uma mãe é socialmente forçado para que ela acredite que os seus comportamentos e sentimentos são naturais e universais.

“A politização do discurso em torno da defesa de uma maternidade “ativa” se encontra com os discursos biologicistas em torno da ideia de que existem hormônios que favorecem a ligação da mãe com seu bebê (a teoria da vinculação), o que converge para a “renaturalização” da maternidade que, mais e mais, vemos se afirmar. ALVES (ALVES, 2012, p. 8)

E quem defende esse tipo de maternidade? Quem faz a politização do ser mãe? Dentro dos textos selecionados há sempre o debate do papel do Estado-Nação para com essa mulher mãe, como as ações e políticas públicas são criadas e aplicadas para que a “mãe-mulher” perfeita e

funcional seja criada em benefício nacional, tornando-as “necessárias à sociedade, através de seus corpos e do trabalho produtivo” SCHWENGBER (2008, p. 2)

Dal’igna (2012, p. 2) nos traz o termo “governo das subjetividades” onde podemos pensar sobre a “pedagogização do ser”, neste caso da mulher-mãe, onde encontramos uma ligação direta entre Estado-Cultura-Normalização. Trazemos como ponto de reflexão a preocupação do país em uma sociedade controlada e funcional e a partir da pedagogização destas mães eles tendem a garantir novas subjetividades que estejam de acordo com as normas estabelecidas por eles.

A “garantia” dessas novas subjetividades está relacionadas tanto à vida das mães como à dos seus filhos, levando em consideração que muitas dessas mães vivenciam a maternidade solo e é dentro desse ambiente que elas tentam se constituir como ser. Os movimentos de políticas públicas são grande parte voltados para a educação e saúde dessas mulheres, mostrando que para o caminhar do sucesso é necessário que haja investimentos sobre si mesma, um cuidado com o seu bem estar, para que assim, elas possam investir e voltar-se para o seu papel principal: ser mãe.

É de grande valia essa reflexão voltada para esses processos identitários sustentados pela sociedade, pois entendemos melhor o funcionamento social quando percebemos que a identidade daquela mulher-mãe é criada a partir dos modelos que decorrem de políticas reguladoras governamentais. Muitos dos textos que foram selecionados para essa discussão falam sobre essas mães de baixa renda que são de certa forma as mais “submissas” aos mecanismos do Governo e assim, por questões de sobrevivência, elas buscam se encaixar nos padrões estabelecidos até então. Conforme nos traz DAL’IGNA (2012, p. 9):

“Com isso, percebe-se que sentimentos, desejos e pensamentos, aquilo que parece restrito à vida pessoal de cada um, ao mais íntimo eu, na contemporaneidade, passa a ser focalizado nos mínimos detalhes, tornando-se alvo das ações de governo e de Governo.”

Dentro do regime de vigilância e dos modos corretos para que essa mãe exerça com excelência o seu papel, estão ligadas às questões como: nascimento por parto normal onde a mãe pode mostrar o seu amor e força, aleitamento no tempo máximo possível (6 meses de nascido), participação ativa na vida escolar das crianças, educadora do lar, postura ética e responsável, como também a crítica feita por BADINTER (1995, p. 147) sobre “ser uma boa mãe, uma mãe cuidadosa”. Trazendo para o contexto atual o que já era ditado no século XIX sobre o “instinto materno”, existindo aí uma relação natural mãe-filho.

É interessante pensar que para a cultura atual para que as crianças tenham êxito é necessário que haja uma atividade legítima dessas mães. Klein (2011, p. 9) nos traz a reflexão:

“o amor materno requer uma mulher abnegada e trabalhando em tempo integral em favor de seus/suas filhos/as?” A partir desse questionamento voltamos ao ponto de controle e regulação das ações maternas por parte da sociedade e pelo que lhes foi imposto como “o melhor a ser feito por uma mãe”, fazendo a associação entre amor-abnegação e feminilidade-maternidade.

Em se tratando de controle das ações maternas, nós podemos trazer à tona o segundo movimento interrogativo que é: como/se a mídia influencia/interfere no processo identitário dessas mulheres/mães? Foi possível identificar nos textos selecionados do GT 23, três que trazem diretamente a “mídia” como mecanismo direcional para o “modo correto” de ser mãe na sociedade.

Sejam jornais, revistas, documentários, filmes, programas de tv, propagandas de modo geral percebemos que a mídia influencia sim a partir das "pedagogias culturais", influenciando comportamentos, posturas, vestimentas, e etc. Schwengber (2007/2008/2011) nos traz alguns discursos da mídia para o “ensinamento” de mães grávidas e práticas de cuidados corporais.

Imprescindível trazer como a mídia propaga tanto propagandas de órgãos privados para vendas de serviços e produtos para o embelezamento/cuidado/saúde da mulher, como também, divulga os programas pedagógicos feitos pelo governo brasileiro com o intuito de educar corpos de mães/mulheres e filhos. "...a politização da família se consolida e se amplia por meio de políticas higienistas” SCHWENGBER (2011, p. 2)

Voltando para o terceiro questionamento feito anteriormente, é difícil que haja a "criação" de uma resistência possível para a politização da maternidade já que, pelo menos no Brasil, com base nos textos selecionados da ANPEd para essa discussão, os processos identitários e de subsistência dessas mães estão diretamente ligados aos processos governamentais e as políticas públicas instituídas até então, fazendo com que elas sejam e exerçam uma maternidade de forma assujeitada. Dentro dessas dimensões da reprodução social da vida dessas mães elas buscam bem estar e dignidade.

Um bom exemplo foi trazido por Scwengber (2015) no seu texto “Os meus filhos e os deles: os filhos da esperança”, onde retrata a vida de uma mãe de 21 anos que é assistida pelo CRAS (Centro de Referência de Assistência Social) e pelas bolsas governamentais, onde no seu processo identitário foi construído na busca de ser alguém a partir o casamento e a gravidez (a fecundidade), que para ela, são posições de dignidade e de prestígio”.

Neste momento não podemos esquecer que essas garantias de direitos como o acesso à

condições melhores de saúde e direitos à maternagem tranquila foram buscados por estas mulheres no século XIX/XX, juntamente com o seu processo de emancipação do vínculo homem-mulher. Justamente a partir dessas questões é que podemos pensar que o Estado tentou como forma de “dar direitos” criar modos de ensinar e estabelecer um “discurso pedagógico” para formas dessas mulheres serem mães (RITTI, 2013, p. 10)

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos movimentos interrogativos trazidos, permanece a análise de como, a depender do contexto e modos de vida de cada mulher esses processos identitários vão se construindo e se, a partir deles, irá/irão existir alguma/s resistência/s para as tentativas de politização e pedagogização dessa maternidade. Levando também em consideração que esse movimento de poli/pedagogização se perpetua ao longo dos anos, mudando somente a roupagem em que se apresentam.

Surgem então alguns questionamentos: *o que ocorre com o processo identitário de maternidades de mães de filhos(as) trans? Como ocorre a transição da influência de mídias e todo processo macropolítico para uma maternidade da diferença a partir dessa micropolítica insurgente?* Daí então buscaremos entender e construir o que seria uma maternidade-vibrátil, que a partir de escolhas e mudanças uma mãe faz para aceitar, acolher e lutar junto do seu filho(a) no processo de uma construção de si.

Para falarmos de movimentos de macropolítica e micropolítica devemos entender que eles estão diretamente ligados a como o sujeito, neste caso a mãe, se comporta diante da sociedade de forma geral e mediante as suas escolhas e vivências pessoais do dia a dia. Podemos nos basear nas reflexões que Suely Rolnik traz no seu livro *Esferas da Insurreição* (2018, p. 132).

Partindo do princípio de que podemos tomar como ponto de reflexão as “intenções” do sujeito, devemos entender a macropolítica como o “empoderamento do sujeito”, neste caso, trazendo para a nossa temática, seria a libertação das pedagogias culturais que influenciam a mulher/mãe como ser e agir. Portanto, a partir desse movimento macropolítico das mães de filhos(as) transsexuais, elas se tornam sujeitos que lutam pela diversidade, pelo direito e claro, pelo respeito; se apropriando de um lugar de fala e de direito. Poderíamos dizer assim que é a partir desses novos movimentos é que se ocorre um “novo” ou “modelado” processo identitário dessas mulheres/mães.

É interessante pensar que simultaneamente como age a micropolítica, tendo como entendimento a “potencialização da vida”, que podemos entender como uma reapropriação de si e das suas experimentações. Sendo assim, a mãe dessa criança/adolescente trans entende a “pulsão de vida” que é presente nessa relação, fazendo com que ela se desconstrua, se liberte das amarras sociais e culturais, entendendo que os seus próprios desejos, aspirações e projeções que eram somente suas e não dos seus filhos.

Desse modo, podemos entender que a experiência da maternidade em si já é desafiadora e um mecanismo constante de modelagem para as mulheres, e em se tratando de mães com filhos(as) transsexuais essa maternagem se torna ainda mais sensível e provocativa a novos modos de ver e ser no mundo, construindo o que chamamos aqui de uma maternidade viva, se se comove e luta diante das questões revolucionárias de seus filhos(as).

## REFERÊNCIAS

ALECRIM, Gisele Machado; SILVA, Eduardo Pordeus; ARAÚJO, Jailton Macena de. A Autonomia da Mulher Sobre o Seu Corpo e Intervenção Estatal. **Gênero & Direito**, [S. l.], v. 3, n. 2, 2014. Disponível em: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/ged/article/view/20428>. Acesso em: 27 set. 2022.

ALVES, Elaine Gomes dos Reis. A morte do filho idealizado. **O mundo da Saúde**, São Paulo - 2012; 36 (1): 90-97. Disponível em: [https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo\\_saude/morte\\_filho\\_idealizado.pdf](https://bvsmms.saude.gov.br/bvs/artigos/mundo_saude/morte_filho_idealizado.pdf). Acesso em: 15 de mar de 2024.

BADINTER, Elisabeth. **Um Amor conquistado**: o mito do amor materno. Tradução de Waltensir Dutra. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985. Disponível em: <file:///D:/Meus%20Documentos/Desktop/Badinter,%20Elisabeth%20O%20Mito%20do%20A%20mor%20Mate%20rno.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

BENTO, Berenice. Políticas da diferença: feminismos e transexualidade. *In*: COLLING, Leandro. **Stonewall 40 + o que no Brasil?** Salvador: UFBA, 2011. p. 79-110.

COLLIN, Françoise; LABORIE, Françoise. Maternidade. *In*: HIRATA, Helena; LABORIE, Françoise; DOARÉ, Hélène Le; SENOTIER, Danièle (Orgs.). **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009. p. 133-138. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod\\_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario\\_critico\\_do\\_feminismo%202009.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4098403/mod_resource/content/1/Kergoat%20p.67-75%20in%20Dicionario_critico_do_feminismo%202009.pdf). Acesso em: 27 set. 2022.

COSTA, Albertina de Oliveira; BARROSO, Carmen; SARTO, Cynthia. Pesquisa sobre mulher no Brasil: do limbo ao gueto. **Cad. Pesq.**, São Paulo, v. 54, p. 5-15, ago. 1985. Disponível em: <http://www.fcc.org.br/pesquisa/publicacoes/cp/arquivos/673.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

DAL'IGNA, Maria Cláudia; LOPES, Maura Corcini. Subjetividade docente, inclusão e gênero. **Educ. Soc.**, Campinas, v. 33, n. 120, p. 851-867, jul.-set. 2012. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>. Acesso em: 27 de set. de 2022.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do Poder**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

LERNER, Gerda. **A criação do patriarcado**: história da opressão das mulheres pelos. Tradução Luiza Sellera. São Paulo: Cultrix, 2019. Disponível em: <https://mulherespaz.org.br/site/wp-content/uploads/2021/07/criacao-patriarcado.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

MEYER, Dagmar. A politização contemporânea da maternidade: construindo um argumento. **Revista Gênero**, Niterói, v. 6, n. 1, p. 81-104, 2. sem. 2005. Disponível em: <https://ieg.ufsc.br/public/storage/articles/October2020/02112009-120724meyer.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.

MEYER, Dagmar. As Mamas como Constituintes da Maternidade: uma história do passado? **Educação & Realidade**, v. 25, n. 2, 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/46838/29125>. Acesso em: 27 set. 2022.

MEYER, Dagmar. Gênero e educação: teoria e política. In: LOURO, Guacira Lopes *et al.* **Corpo, gênero e sexualidade**: um debate contemporâneo na educação. Petrópolis: Vozes, 2003. p. 9-27.

RITTI, Rosalinda Carneiro de Oliveira. Todo dia eu penso: meu Deus, onde foi que eu errei? Os desafios de ser mãe na periferia. In: **REUNIÃO NACIONAL DA ANPED**, 36., 2013, Goiânia. Anais... Goiânia, 2013.

SCHWENGBER, Maria Simone Viane. Professora, cadê seu corpo? In: MEYER, Dagmar Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima Rodrigues. (Org.). **Corpo, gênero e sexualidade**. Porto Alegre: Editora Mediação, 2008. p. 83-92.

SCHWENGBER, Maria Simone Viane. Distinções e articulações entre corpos femininos e corpos grávidos na Pais & Filhos. História: **Questões & Debates**, Curitiba, n. 47, p. 123-138, 2007. Editora UFPR. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/12113/8474>. Acesso em: 27 set. 2022.

SCHWENGBER, Maria Simone Viane. Os meus filhos e os deles: os filhos da esperança. **37ª Reunião Nacional da ANPEd** – 04 a 08 de outubro de 2015, UFSC – Florianópolis. Disponível em: <https://www.anped.org.br/sites/default/files/trabalho-gt23-3523.pdf>. Acesso em: 27 set. 2022.